

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto

Processo n.º 20250009

“Sistemas de Gestão de Carregadores para Veículos Elétricos”

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual e tem por objeto a aquisição prestação de serviços de sistemas de gestão de carregadores para veículos elétricos, nos termos definidos neste Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Vigência do contrato

1. O Contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem a duração de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 2 períodos iguais ou até se mostrar esgotado o preço contratual, dependendo do que ocorrer em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo definido no número anterior tem início no dia da publicação do contrato no sítio da internet destinado à publicação dos contratos públicos, de acordo com o disposto no artigo 127.º do CCP.
3. No caso de findar o prazo referido no n.º 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador do serviço o direito a qualquer indemnização ou compensação.

Cláusula 3.ª

Preço Base

1. O preço base do procedimento, isto é, o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela prestação dos serviços objeto do contrato é de até €18.965,40 (dezoito mil, novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços base unitários e quantidades estimadas a ter em consideração são os que se encontram no quadro infra:

Minutos estimados em 365 dias	Potência de Carregamento	Preço Base unitário (€ / minuto)
876000	Até 4 kwh	€ 0,00305
876000	Até 11kwh	€ 0.01020
328500	Até 23 kwh	€ 0.02240

3. O preço referido no n.º 1 é despendido mediante a quantidade de kW por minuto e tipo de potência de carregamento, aos preços unitários constantes da proposta adjudicada, até ao aludido montante.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante apenas pagará o preço total proposto

a que corresponderá aos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de cargas fiscais e parafiscais às taxas legais em vigor, se estas forem legalmente devidas.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante são efetuados mediante dedução da respetiva quantia ao valor dos preços de carregamento que lhe deva ser entregue.
2. Os montantes que devam ser entregues à Entidade Adjudicante, serão creditados, diretamente, pelo Adjudicatário, na conta bancária indicada pela Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário emitirá, mensalmente, fatura-recibo pelo valor global que tiver recebido da Entidade Adjudicante no mês imediatamente anterior;
4. Das faturas deve constar a identificação do número de processo indicado na notificação da adjudicação (20250009).
5. As faturas devem ser remetidas de forma desmaterializada através do sistema EDI (Eletronic Data Interchange), cuja plataforma utilizada pela Entidade Adjudicante é a Yet (<https://yetspace.com>).
6. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, aquela comunicará ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a proceder à emissão de nota de crédito e de nova fatura corrigida.
7. Para efeitos de pagamento, o Adjudicatário deverá apresentar documentos comprovativos de que tem a situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e impostos devidos em Portugal, salvo se os documentos apresentados na fase pós-adjudicação ainda se encontrarem válidos.

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com as melhores regras técnicas, as seguintes obrigações principais:
 - a) Disponibilizar uma plataforma de gestão de carregadores para veículos elétricos;
 - b) Garantir o correto funcionamento da plataforma de gestão de carregadores para veículos elétricos;
 - c) Garantir apoio e suporte no helpdesk da plataforma de gestão de carregadores para veículos elétricos;

- d) Garantir que a plataforma permite a possibilidade de configuração dos preços, a verificação da disponibilidade e estado dos carregadores;
 - e) Garantir que a plataforma disponibiliza um mapa interativo com os carregadores disponíveis;
 - f) Garantir que a plataforma é compatível com carregadores de diversas marcas;
 - g) Garantir que a plataforma permitir a criação de perfis de utilizador;
 - h) Garantir que a plataforma permitir a consulta do consumo de energia, dos custos e do histórico de carregamento;
 - i) A plataforma deve garantir a segurança de todas as transações de pagamento;
 - j) Garantir que a plataforma permita o acesso a relatórios *on time* com os dados de utilização dos carregadores;
 - k) Garantir a aplicação dos preços devidos de acordo com a proposta adjudicada, para as diferentes potências de carregamento;
 - l) Garantir que o carregamento gratuito de veículos, nomeadamente, os veículos afetos ao serviço da Entidade Adjudicante, é excluído da aplicação dos preços constantes da proposta adjudicada;
 - m) Garantir a transferência do valor cobrado por cada carregamento realizado, com recurso à plataforma, para a Entidade Adjudicante, até ao dia 15 (quinze) do mês seguinte a que respeita;
 - n) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações.
2. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento dos serviços objeto do presente procedimento.

Cláusula 7.ª

Responsabilidade do Adjudicatário

1. O Adjudicatário assume integral responsabilidade:
- a) pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a Entidade Adjudicante pelo desempenho dos serviços contratualizados.
 - b) Pela emissão da fatura correspondente à realização do carregamento em nome do Adjudicatário;
 - c) Pela eventual transmissão digital da informação nela contida à Entidade Adjudicante;
 - d) Pela comunicação aos utilizadores das faturas respeitantes aos preços dos carregamentos resultantes das operações que solicitem através da plataforma;
 - e) Pela cobrança ao utilizador das faturas;
 - f) Envio de informação à Entidade Adjudicante, sobre as operações efetuadas disponibilizando o relatório das operações realizadas.

2. O Adjudicatário responde nomeadamente por quaisquer erros, deficiências ou omissões dos serviços contratados, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, ainda que na fase da execução do contrato.
3. Se a Entidade Adjudicante tiver que assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do Contrato ou deste Caderno de Encargos são da responsabilidade do Adjudicatário, este indemnizá-la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo à Entidade Adjudicante o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver que pagar.
4. As ações de revisão, supervisão e/ou aprovação da Entidade Adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere aos serviços contratados.
5. A Entidade Adjudicante não responde por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo Adjudicatário, salvo culpa comprovada dos agentes da Entidade Adjudicante, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 8.ª

Obrigações Principais da Entidade Adjudicante

Não obstante outras obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, são obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Obrigação de desenvolver os seus melhores esforços para configuração dos carregadores já instalados;
- b) Promover os carregamentos através da plataforma constante na proposta adjudicada;
- c) Obrigação de identificação dos veículos com carregamento gratuito, nomeadamente, os veículos afetos ao serviço da Entidade Adjudicante;
- d) Auxiliar os utentes dos parques na instalação e configuração da App;
- e) Obrigação de não efetuar alterações ou modificações do equipamento e não instalar ou desinstalar acessórios e componentes sem comunicação ao Adjudicatário;
- f) Comunicar ao Adjudicatário a identidade do responsável nomeado para a gestão do contrato a celebrar, bem como quaisquer alterações relativas a essa nomeação;
- g) Pagar ao Adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário guardará sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante que os seus técnicos venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, nomeadamente pelo incumprimento das datas ou qualidade dos serviços objeto do contrato.
2. O valor acumulado das sanções eventualmente aplicadas ao abrigo da presente cláusula não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato previsto na cláusula seguinte.
3. Caso seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento) do preço contratual.
4. A aplicação das penalidades contratuais não exclui o direito de indemnização por perdas e danos com base na legislação em vigor.
5. A cobrança das eventuais sanções em que o Adjudicatário incorra poderá ser efetuada, a critério da Entidade Adjudicante, nomeadamente, por desconto nos pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

Cláusula 11.ª

Incumprimento e resolução do contrato

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo das respetivas prestações contratuais por facto imputável ao Adjudicatário, nos termos do disposto nos artigos 325.º e 333.º do CCP e nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento, pelo Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

- b) Oposição do Adjudicatário à assunção de responsabilidade por erros ou omissões nos termos do n.º 2 da Cláusula 7.ª;
 - c) Se o valor acumulado das sanções contratuais exceder o limite previsto no n.º 2 e 3 da Cláusula 11.ª;
 - d) O Adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja judicialmente declarada.
2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior pela Entidade Adjudicante não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário, nos termos gerais do direito.
3. A Entidade Adjudicante, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do Código dos Contratos Públicos.
4. A resolução será feita mediante notificação através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula 12.ª

Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificando-se os requisitos melhor identificados no número anterior, podem constituir ocorrências de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem ocorrências de força maior, designadamente:
- a) Falta de mão-de-obra;
 - b) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - c) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos subcontratados;
 - d) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - e) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - f) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- g) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - h) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. O Adjudicatário obriga-se a comunicar, de imediato, à Entidade Adjudicante a ocorrência de qualquer evento qualificável como caso de força maior, bem como, no mais curto prazo possível, a indicar quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e, bem assim, se for o caso, as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto do referido evento e os respetivos custos.
5. Constitui obrigação do Adjudicatário a mitigação, por qualquer meio razoável e apropriado ao seu dispor, dos efeitos da verificação de um caso de força maior.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 13.ª

Elementos do contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda, nos termos do artigo 96.º, n.º 2 do CCP, os seguintes elementos:
- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

Cláusula 14.ª

Gestor do contrato

1. A Entidade Adjudicante designa um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

2. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
3. Ao gestor do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas a que se refere o número anterior, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

Cláusula 15.ª

Ampliação e redução do número de carregadores para veículos elétricos

1. Se no decorrer da vigência do contrato vierem a ser adicionados novos carregadores para veículos elétricos, os mesmos deverão integrar o respetivo contrato ao abrigo de todas as condições nele contratualizadas.
2. Não é considerado como alteração das condições do contrato a redução do número de carregadores para veículos elétricos.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

1. As comunicações entre as partes podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual de cada uma delas, se tal for considerado como necessário.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados, não incluindo na sua contagem o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr.

Cláusula 18.ª

Foro e legislação aplicável

1. As Partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.
2. Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa fé contratual, antes de recorrer a meios contenciosos.
3. No caso de as partes não conseguirem chegar a um acordo, nos termos do número anterior, deve o litígio emergente da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos

relativos ao presente procedimento, será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

4. Ao presente procedimento e em tudo o omissso, ou que não esteja especialmente previsto neste Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP na sua redação atual e demais legislação e regulamentação aplicável.